

# O prédio de apartamentos e a moradia do operário: debates e realizações (Brasil, 1930 – 1960)

The apartment building and the worker housing: debates and production (Brazil, 1930 – 1960)

TELMA DE BARROS CORREIA<sup>1</sup>

Universidade de São Paulo / São Paulo, SP, Brasil

**RESUMO:** A partir do debate travado nas décadas de 1930 e 1940 em torno do prédio de apartamentos e de sua conveniência como moradia para trabalhadores, este trabalho discute os limites da difusão de tal tipologia no âmbito de ação de fábricas e empresas mineradoras no Brasil, na provisão de moradias para seus empregados. Mostra como na ação dessas empresas a moradia coletiva foi, sobretudo, uma solução oferecida aos empregados solteiros. Investigar a trajetória da tipologia dos prédios de apartamentos estudados é outro propósito do artigo. Indica como alguns desses prédios revelam um momento de transição entre a casa unifamiliar e o edifício de apartamentos, enquanto outros refletem a legitimidade dessa forma de morar e a fixação de uma tipologia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Prédio de apartamentos. Habitação coletiva. Moradia operária. Habitação econômica.

**ABSTRACT:** From the debate in the 1930s and 1940s about the apartment building and its convenience as housing for workers, this paper discusses the limits of the spread of this type in factories and mining companies action in Brazil providing housing for their employees. It shows how in their action, collective housing was, above all, a solution offered to unmarried employees. The trajectory of the typology of collective dwellings for families is another purpose of the article. It shows how some of these buildings reveal a moment of transition between the single-family home and the apartment building, while others reflect the legitimacy of this way of living and the fixation of a typology.

**KEYWORDS:** Apartment building. Collective housing. Workers' housing. Economic housing.

1. Arquiteta e urbanista, doutora em História e Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo pela FAU-USP, docente do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. *E-mail:* <correia@sc.usp.br>.

## A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DA PRODUÇÃO E DA MORADIA

O mundo industrial – baseado em cooperação e divisão do trabalho e em imperativos de produtividade – exigiu que a questão da moradia fosse reconsiderada: concebida na perspectiva da produção em série e pensada em termos de economia de tempo e de recursos na produção, na manutenção, nos trabalhos domésticos e nos deslocamentos entre casa e trabalho.

Nesse contexto, profundas críticas às formas de moradias correntes foram formuladas no Brasil, assim como em outros países que se industrializavam. A falta de gosto, denunciada em deslizes formais e em excessos decorativos na construção e nos arranjos internos, foi uma crítica usual às casas burguesas. Moradias atreladas a modelos do passado foram associadas à ideia de desconforto. Quando direcionadas às habitações modestas dos trabalhadores urbanos, as críticas se multiplicavam: a atribuída precariedade de espaço, de iluminação, de arejamento e de ordem costumava ser associada a desconforto e insalubridade. Às deficiências identificadas nas formas unifamiliares de casas populares – casebres, mocambos, ranchos etc. – acrescentava-se nas habitações coletivas – cortiços, estalagens, avenidas etc. – a condenação à falta de privacidade entre moradores e entre vizinhos, sempre vinculada à imoralidade e aos tumultos.

Nessa crítica, apoiavam-se propostas alternativas de habitação para o trabalhador, discutidas em termos de economia, higiene, forma, possibilidades tipológicas, arranjos internos e de conjunto, materiais e técnicas de construção, sistemas construtivos e soluções de conforto. Articulando características julgadas essenciais, emergem dessa discussão os conceitos de Habitação Econômica – eficiente, compacta, barata e confortável –, de Habitação de Massa – agregando tais atributos à produção em série – e de Habitação Social – acrescentando a essas características o subsídio pelo Estado. Portanto, os conceitos de Habitação Econômica, de Massa e Social se constituíram reunindo consensos em torno da necessidade de intervir na habitação do trabalhador, para lhe propiciar acesso a uma forma de morar julgada adequada à função desempenhada por seus ocupantes na produção, via subsídio patronal (vilas operárias) ou governamental (conjuntos populares). Os consensos em torno do tema, entretanto, cessavam quando a discussão se deslocava para a tipologia; debates prolongaram-se na primeira metade do século XX em torno da opção entre moradia unifamiliar ou coletiva.

Nesse debate, a moradia coletiva foi alvo de particular atenção. Alçada por alguns à condição de alternativa coerente com a organização coletiva da produção, foi amplamente pensada desde o século XIX. Modelos de habitação coletiva foram enaltecidos em formulações teóricas – propostas, por exemplo, por

Owen e Fourier –, testados em realizações – desde o familistério de Godin – e discutidos em seus princípios, formas e repercussões – como nos primeiros Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (Ciams). Nesses debates e realizações, a moradia coletiva foi mobilizada no âmbito da reforma social, da reestruturação urbana e da provisão de habitações.

Tal movimento de formulação de modelos e de produção de moradias coletivas, entretanto, não impediu que o tema se mantivesse longe de obter uma unanimidade até, pelo menos, meados do século XX. Muitos questionaram a habitação coletiva, especialmente se destinada a trabalhadores. O espectro do cortiço inspirava resistências traduzidas em ressalvas de cunho moral, pela suposta falta de privacidade entre vizinhos e pelo convívio com estranhos nas áreas comuns; em reservas de natureza higiênica, pela escassez de espaço; em restrições de ordem cultural, pela ausência de quintal e pelo eventual barulho; e em questões de caráter econômico, face aos seus custos de produção e manutenção.

Dando prosseguimento a uma prática, que remonta ao período colonial, de provimento pelo patrão de moradia para o trabalhador, a indústria brasileira se envolveu diretamente na produção de habitações, inclusive coletivas.<sup>2</sup> A partir das primeiras décadas do século XIX, no Brasil, diversas formas de moradia coletiva foram erguidas por fábricas e mineradoras para abrigar seus empregados, incluindo senzalas, alojamentos, hotéis, casas de hóspedes e prédios de apartamentos.

A abordagem realizada neste artigo aponta para uma história da moradia popular brasileira no século XX que vai além dos conjuntos erguidos pelo Estado e de seu contraponto usual: as moradias precárias, muitas vezes autoconstruídas. Uma vasta bibliografia nacional tem abordado a produção estatal de moradias para trabalhadores no período. Ação dos institutos de aposentadorias e pensões, da Fundação da Casa Popular, do Exército e do Departamento de Habitação Popular do Rio de Janeiro, foi objeto de investigação de autores como Marta Farah, Nabil Bonduki, Flávia Brito do Nascimento, Paulo Bruna, Mariana Bonates e Caliane de Almeida. Entre os diferentes enfoques adotados por esses autores estão a avaliação do montante dessa produção, as formas de financiamento adotadas, as características tipológicas e formais das habitações e os profissionais envolvidos nos projetos e na concepção das políticas adotadas. Baseados em farto material depositado em arquivos públicos e em órgãos governamentais, um vasto conjunto de realizações foi identificado e analisado. A magnitude e a importância desses estudos, entretanto, não impedem que deixem de contemplar um aspecto também muito relevante da produção de habitação popular no país durante o século XX: a ação de empresas empregadoras na provisão de alojamento para seus empregados. Essa produção das empresas foi notável tanto em termos da

quantidade de habitações criadas, quanto de suas particularidades tipológicas. A desconsideração dessa produção contribui para reforçar uma narrativa sobre a história da habitação no Brasil que coloca uma ênfase exagerada e desproporcional na produção pública de moradias e nas realizações associadas ao estilo internacional de arquitetura moderna. Por outro lado, apesar de sua expressividade, a produção habitacional de fábricas e mineradoras – assim como de companhias ferroviárias, usinas de açúcar etc. – ainda é pouco estudada. As pesquisas a seu respeito encontram escasso apoio em arquivos públicos e dependem basicamente de trabalho de campo – dificultado pelo impacto da velocidade das mudanças do mundo fabril sobre as moradias – e de coleta de informações junto às empresas que, salvo exceções, não têm interesse em fornecê-las ou conservá-las em seus arquivos. É, portanto, um tema que merece atenção e exige urgência no registro dos vestígios deixados e em investigações que o insiram na história da moradia no Brasil.

Ao concentrar o foco da análise na ação das empresas, este artigo contempla um segundo aspecto pouco considerado na história da habitação popular brasileira: a moradia coletiva para solteiros. A pouca atenção a esse tipo de habitação talvez esteja associada ao fato de não ter se constituído em alvo importante das ações do Estado no Brasil. A atenção ao tema contribui para superar a dicotomia, frequentemente assinalada no estudo das formas de habitação coletiva, entre cortiços e prédios de apartamentos. Contribui, também, para sublinhar a significância numérica da habitação coletiva para solteiros, bem como sua diversidade tipológica e persistência ao longo do tempo.

○ recorte temático proposto neste artigo mostra-se, ainda, útil à construção de narrativas que superem as visões circunscritas à produção de arquitetura de exceção, vinculada aos projetistas reconhecidos como notáveis, uma vez que abrange construções de pequeno porte e concebidas por projetistas anônimos. Assim, um dos intuitos centrais deste artigo é investigar os programas e as características formais e espaciais dos prédios de apartamentos erguidos por fábricas e empresas de mineração, identificados durante a pesquisa. Apesar de ocorrerem em número limitado, esses prédios apresentam uma diversidade arquitetônica significativa, cujo estudo contribui para a compreensão de aspectos da trajetória da tipologia no país até a fixação de um modelo consolidado, claramente apreensível. Sob esse aspecto, o artigo busca identificar elementos úteis para a análise tipológica da habitação dos trabalhadores urbanos brasileiros no século XX.

Ao realizar essa abordagem do tema, tem-se consciência de que a produção de moradias coletivas analisada foi muito extensa em termos daquelas destinadas a solteiros, mas foi reduzida no que se refere a prédios de apartamentos.

O fato, antes de desmerecer o tema como objeto de estudo, coloca uma questão de interesse a ser investigada. Assim, discutir os limites da difusão de prédios de apartamentos no âmbito da ação de fábricas e empresas mineradoras no Brasil no que concerne ao provimento de moradias para seus empregados é o segundo dos propósitos deste trabalho.

Ao adotar a terminologia “prédio de apartamentos”, reportamo-nos a uma moradia coletiva, verticalizada ou não, composta por unidades de moradia privativa, além de acessos e áreas de uso comum. Tais unidades permitem abrigar famílias, casais ou solteiros. Diferencia-se, portanto, de “habitação coletiva vertical”, que implica vários andares, assim como das diversas modalidades de moradia coletiva destinadas apenas a solteiros (alojamentos, dormitórios, pensões, hospedarias, hotéis etc.). No caso das fábricas e empresas de mineração, não registramos a ocorrência de moradia destinada a solteiros em prédios de apartamentos. Nesse sentido, a construção dos prédios de apartamentos, neste artigo, é contraposta à de casas unifamiliares voltadas a famílias e à de outras formas de habitação coletiva voltadas a solteiros, de modo a avaliar sua incidência e relevância no âmbito dessa ação das empresas.

No período em estudo – 1930 a 1960 – a ação das empresas na produção de moradias ocorreu simultaneamente a um debate – travado especialmente nas décadas de 1930 e 1940 – em torno do prédio de apartamentos e de sua conveniência como habitação para a classe trabalhadora. O necessário contraponto entre debate e ação e o papel dos engenheiros – como agentes centrais do processo de industrialização e principais articuladores deste debate – exigiu considerá-lo neste artigo.

## OS PRÉDIOS DE APARTAMENTOS: O DEBATE NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Nas últimas décadas do século XIX, entraves à construção de edifícios altos foram superados pelo elevador, o qual possibilitou circulação vertical segura e confortável, e pela estrutura de ferro e concreto armado, que permitiu a redução das dimensões das paredes dos pavimentos baixos. Dos escritórios e hotéis, os arranha-céus avançaram para programas residenciais, alterando a fisionomia das grandes cidades e as relações entre arquitetura e espaço público.

No Brasil, a partir da terceira década do século XX, os arranha-céus firmaram-se nos espaços urbanos mais valorizados das grandes cidades, inaugurando uma nova tipologia residencial. No Rio de Janeiro, na segunda metade da década de 1920, os prédios de apartamentos ganharam expressão

3. Ver Lilian Fessler Vaz (2002).

4. Situada no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro.

5. Cf. Problemas... (1944, p. 50).

em trechos do centro e de Copacabana e, posteriormente, em outros bairros da zona sul, como Ipanema e Botafogo.<sup>3</sup> Ao se expandir em áreas habitadas pelas classes média e alta, o apartamento se consolidava como símbolo poderoso de um modo de vida apreendido como “moderno”, abraçado por segmentos dessas classes. Em 1944, uma foto do edifício de apartamentos Capiberibe, erguido na Rua Senador Vergueiro,<sup>4</sup> mostrava a construção de 15 pavimentos, com altura realçada por composição *art déco*, entrada monumental e jardim amplo e ordenado, dotada de legenda elogiosa que a situava entre os “soberbos prédios que, ao lado da beleza estética das suas linhas arquitetônicas, se revestem do que há de mais moderno e racionalizado em matéria de construção”.<sup>5</sup>

Tal entusiasmo, entretanto, não foi compartilhado por todos. Entre nós, o movimento de expansão da moradia em edifícios fez-se acompanhar, especialmente durante as décadas de 1930 e 1940, de um animado debate em torno do tema, que envolveu profissionais de diferentes áreas, entre os quais arquitetos, engenheiros, assistentes sociais, médicos, advogados e dirigentes de instituições públicas civis e militares. O assunto foi tratado em livros, em artigos publicados em revistas especializadas, em pareceres técnicos e em trabalhos apresentados em eventos científicos.

O Primeiro Congresso de Habitação – ocorrido em São Paulo, em maio de 1931 – foi uma das arenas deste debate. O evento resultou da iniciativa de um grupo de engenheiros da cidade. Foi promovido pela Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia e patrocinado pela Secretaria de Viação e Obras Públicas (chefiada pelo engenheiro Alberto Coutinho) e pela Prefeitura da Cidade de São Paulo (dirigida pelo também engenheiro Luis de Anhaia Mello). Seu comitê executivo era constituído por engenheiros-arquitetos e presidido por Alexandre Albuquerque, que chefiava a Divisão de Arquitetura do Instituto de Engenharia. Com raras exceções – um médico, um arquiteto argentino e José Mariano (ex-diretor da Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro) –, os profissionais que nele apresentaram trabalhos eram engenheiros, sobretudo civis e engenheiros-arquitetos. Com tal perfil, o evento não pode deixar de se concentrar nos aspectos técnicos associados ao tema da habitação – materiais, higiene, instalações prediais e processos construtivos. Abriu, entretanto, espaço para a reflexão sobre algumas modalidades específicas de habitação, como a moradia econômica e o prédio de apartamentos.

Outro lugar importante desse debate foi o Instituto de Organização Racional do Trabalho – Idort –, órgão constituído em 1931, cujos dirigentes e associados se compunham, sobretudo, de engenheiros. O Instituto surgiu empenhado em difundir métodos de “gerenciamento científico” em diversos setores de atividades públicas e privadas no país. A construção civil e a moradia estiveram entre os alvos

do Idort, que promoveu ampla discussão em torno desses temas, através de matérias publicadas na *Revista de Organização Científica* e por meio do patrocínio da Jornada da Habitação Econômica. A revista do Idort é uma publicação mensal, que circula desde 1932. Foi um instrumento valioso mobilizado pelo Instituto para a difusão da ideologia da racionalização e de conceitos, experiências e procedimentos a ela relacionados. Entre as décadas de 1930 e 1960, a publicação era comercializada em bancas de jornal e distribuída mensalmente entre os sócios do Idort e seus assinantes, entre os quais constavam fábricas, bancos, entidades de classe, órgãos públicos etc. A Jornada da Habitação Econômica, promovida pelo Idort em 1941, ocorreu simultaneamente nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Reuniu profissionais de diferentes áreas, entre os quais engenheiros, médicos, engenheiros-arquitetos, assistentes sociais, pedagogos e advogados. Nela, além de conferências, teve lugar a exposição “Casa Popular”. Antes, durante e após a Jornada houve um grande esforço no sentido de levar o tema da habitação econômica a um público amplo, através de revistas especializadas – onde trabalhos apresentados no evento foram publicados – e de veículos de maior alcance junto à população, como jornais diários e programas de rádio – onde crônicas e entrevistas foram publicadas ou transmitidas. A Jornada se concentrou no tema da moradia do trabalhador, abordada sob o ponto de vista social, técnico, arquitetônico, urbanístico, financeiro e econômico. Diversas modalidades de moradia coletiva foram nela discutidas em termos de suas possibilidades e limites para abrigar o trabalhador e sua família.<sup>6</sup>

A discussão travada em torno do prédio de apartamentos contrapunha seus opositores mais contundentes àqueles que o julgavam aceitável apenas em situações específicas e àqueles que o defendiam sem restrições.

Os opositores da moradia em prédios de apartamentos ancoraram seus argumentos na má fama de habitações coletivas que se proliferaram em cidades brasileiras a partir das últimas décadas do século XIX – cortiços, estalagens, casas de cômodo e casas de pensão –, estigmatizadas como ambientes insalubres e promíscuos. Estenderam tais prevenções às habitações coletivas em geral, mesmo quando dotadas de bom padrão construtivo. Em oposição à falta de privacidade atribuída a tais habitações, erigiram a casa unifamiliar, especialmente quando ornada por um jardim, como o padrão ideal de uma moradia capaz de abrigar uma vida familiar estável, saudável e regrada. Em 1943, o arquiteto Atílio Corrêa Lima (1901-1943),<sup>7</sup> ao criticar essa oposição ao prédio de apartamentos no Brasil, comentava:

Há vinte anos passados, a moradia em habitações coletivas de apartamentos era considerada como uma verdadeira calamidade. Quem fizesse propaganda da habitação coletiva era execrado. E o povo murmurava: “o brasileiro não se adapta à vida engaiolado!”.<sup>8</sup>

6. Ver Telma de Barros Correia (2004).

7. Atílio Corrêa Lima foi um dos mais atuantes urbanistas brasileiros na primeira metade do século XX. Foi autor dos planos de Goiânia (1933) e de Volta Redonda (1941) e de um Plano de Remodelação do Recife (1936), além de projetos de arquitetura, entre os quais o do conjunto habitacional de Várzea do Carmo (1938), construído pelo Iapi em São Paulo.

8. Cf. Atílio Corrêa Lima (1963, p. 5).

9. Cf. Armando Augusto de Godoy (1943, p. 146).

10. Cf. Armando Augusto de Godoy (1943, p. 235).

Um desses críticos foi o influente engenheiro civil e urbanista Armando de Godoy (1876-1944), que presidiu a Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro e projetou o Setor Sul de Goiânia. Em palestra realizada em 1931, avaliava ser a “casa residencial isolada e convenientemente afastada das que lhes são vizinhas” a única habitação capaz de satisfazer as condições de higiene e conforto e de adequar-se às demandas da “boa formação e expansão das famílias”:

Cada família deve dispor de um espaço próprio em que possa, em certas horas, ficar inteiramente separada das famílias vizinhas e inteiramente entregue às efusões que alimentam a união entre os seus elementos, e os carinhos que constituem o encanto da vida em um lar bem organizado. Quando temos de aconselhar ou admoestar um filho, não queremos ser ouvidos. Assim como a religião estabeleceu o retiro espiritual como um meio de aperfeiçoamento da alma humana, assim também há a necessidade, em certos momentos, do retiro doméstico, em que os elementos de cada unidade social se entregam, à vontade, às expansões que lhes fortificam os laços afetivos. Ora, isso não é possível em habitações coletivas, onde a todo instante estamos sob receio de incomodar o vizinho mais próximo ou de ser por ele observado ou perturbado. Não se pode palestrar, rir, ou exteriorizar qualquer sentimento à vontade sem que nos apoquente a ideia de que estamos sendo ouvidos pelo vizinho, ou tenhamos o pensamento de que estamos dificultando ou embaraçando o que se passa no apartamento contíguo ao nosso.<sup>9</sup>

Em Godoy, a crítica ao prédio de apartamentos se insere em outra mais ampla ao prédio alto em geral, ao qual associa problemas de higiene internos (iluminação imperfeita dos alojamentos inferiores), prejuízos aos prédios vizinhos (sombra projetada), impactos negativos sobre as redes de abastecimento de água e de esgotos e preço alto de aluguel (pelo aumento do custo do metro quadrado de piso à medida que a altura se eleva). Ao avaliar o alastramento da tipologia no Rio de Janeiro, não escondia suas prevenções à novidade:

A análise do surto do arranha-céu apresenta-o como o produto do capitalismo desenfreado e cego e não como o resultado da preocupação do bem servir. Os seus males não demoraram a se manifestar, sobretudo os de ordem higiênica, não só no seu interior, pela grande concentração de massa humana, como nas suas vizinhanças pelas perturbações que aí determina.<sup>10</sup>

Entre os opositores aos prédios de apartamentos, as restrições tendiam a se aprofundar quando destinados a trabalhadores. Nesse caso, a desconfiança dirigia-se ao modelo de moradia e ao morador, julgado despreparado para habitá-la. Ampliava-se, assim, o alcance da crítica, que ora mirava as condições de moradia propiciadas, ora oferecia testemunho de total descrédito em suas possibilidades de difusão no Brasil.

No Primeiro Congresso de Habitação, realizado em São Paulo em 1931, o médico Américo Pereira da Silva, em contribuição intitulada “Typo Racional de Habitação”, avaliava: “a tendencia moderna para a forma de habitação collectiva, não suplantará, penso eu, o systema uni-familiar”.<sup>11</sup>

No trabalho intitulado “Habitações Economicas”, apresentado no mesmo evento, o engenheiro-arquiteto, urbanista e professor da Politécnica Bruno Simões Magro (1882-1956)<sup>12</sup> defendia que, para o abrigo do operário, “só há uma solução boa, qual seja a da casa isolada”:<sup>13</sup>

Com os modernos processos de construir é fácil a superposição de andares podendo economisar-se muito em terreno e assim abrigar-se n’um só predio uma verdadeira população. Mas, alem dos perigos de ordem social que uma tal reunião representaria, convêm não esquecer a falta de terreno para o cultivo de plantas uteis ou de ornamento e para a criação de aves, necessidade que é necessario attender, dados os habitos de nosso povo. A casa collectiva, de diversos andares, deve, pois, ser evitada tanto quanto possivel ...<sup>14</sup>

Essa defesa da casa unifamiliar, dotada de quintal e jardim, pode ser inserida na atitude de cautela de Magro diante das novas tendências da arquitetura. No artigo “As tendências da Arquitetura contemporânea”, publicado em 1929, qualificou o que chamou de “arquitetura futurista” de “fria” e “inexpressiva”, enquanto considerava a *beaux-arts* uma tendência “passadista”. A elas, expressou preferir o que nomeou de “moderno moderado”.<sup>15</sup>

No trabalho “Casas populares – cidades jardins”, também apresentado no Primeiro Congresso de Habitação, o engenheiro Marcello Taylor Carneiro de Mendonça<sup>16</sup> avaliava que “tanto para o funcionario quanto para o operario” a “solução da habitação” passava pela “casa isolada que tenha seu jardim frontal e seu quintal proprios, onde, depois de um dia de trabalho, possam seus moradores dedicar-se com prazer ás plantações”.<sup>17</sup> Em seu ponto de vista, o empregado em fábricas e escritórios precisa encontrar em casa o isolamento que lhe falta no trabalho:

A vida do operariado ou do empregado passa-se geralmente no meio barulhento das officinas, dos escriptorios, das lojas, entre os ruidos produzidos por estes e um pouco de solidão e calma lhes é salutar. Por esta razão é preciso evitar o contacto intimo com os diferentes alojamentos operarios e isto só se consegue isolando as casas o mais possivel.<sup>18</sup>

No operário brasileiro, o engenheiro identificava uma absoluta inaptidão para a moradia em um prédio de apartamentos:

As habitações collectivas exigem uma certa educação hygienica, harmonia entre seus moradores, o habito da limpeza e d’uma conservação systematica da casa, coisa que difficil-

11. Cf. Américo Pereira da Silva (1931, p. 152).

12. Bruno Simões Magro formou-se na Escola Politécnica em 1905, trabalhou com Saturnino de Brito em obras de saneamento de Santos e do Recife, onde chefiou o escritório técnico da Comissão de Saneamento e a Diretoria de Obras Públicas Municipais. Em São Paulo, a partir de 1917, atuou no serviço público (Prefeitura de Campinas, Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas), na Estrada de Ferro Sorocabana, foi professor da Escola Politécnica e fundador e professor de Arquitetura da Academia de Belas-Artes de São Paulo e professor e diretor da Faculdade de Arquitetura. Projeto residências, prédios e monumentos, alguns para concursos, vários deles em estilo neocolonial, presente em sua obra mais conhecida: a Igreja de Nossa Senhora do Brasil, no Jardim América. Foi um dos fundadores do Instituto de Engenharia em 1916 e do Instituto Paulista de Arquitetos em 1930. Também teve atuação importante nos debates envolvendo tendências de Arquitetura da época, através de artigos publicados em revistas e de trabalhos apresentados em eventos científicos. Ver Sylvia Ficher (2005, p. 114-117).

13. Cf. Bruno Simões Magro (1931, p. 59).

14. Cf. Bruno Simões Magro (1931, p. 59).

15. Cf. Bruno Simões Magro (1929, p. 6-9).

16. Marcello Taylor Carneiro de Mendonça foi sócio-fundador do Instituto Central de Arquitetos do Rio de Janeiro. Sua contribuição ao Congresso reproduz duas matérias publicadas em 7 de dezembro de 1930 e em 23 de janeiro de 1931 no

jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Também foi autor de dois artigos intitulados “Situação actual da indústria carbonífera do Sul de Santa Catarina” e “Situação actual da indústria carbonífera do Sul da Santa Catarina: Município de Urussanga”, publicados na revista *Mineração e Metalurgia*, em setembro/outubro de 1936 e em novembro/dezembro de 1936.

17. Cf. Marcello Taylor Carneiro de Mendonça Mendonça (1931, p. 143).

18. Cf. Marcello Taylor Carneiro de Mendonça Mendonça (1931, p. 144).

19. Cf. Marcello Taylor Carneiro de Mendonça Mendonça (1931, p. 143).

20. Cf. Francisco de Paula Ferreira (1942, p. 173).

21. Cf. Jacy Coutinho Vianna (1942, p. 137).

mente se obtem entre pessoas ainda mal iniciadas na vida moderna e que só se poderá conseguir depois de um certo grau de civilização.

Em países onde os preceitos de higiene são postos em prática, onde a ordem e a disciplina são innatas, onde o povo é educado e respeitador das leis, e sobretudo, onde o analfabetismo é quasi nullo, tem-se feito varias tentativas para adoptar este genero de habitação. Isto, no entanto, tem-se feito para os pequenos funcionarios, para os empregados d’uma certa categoria e nunca para o operário.<sup>19</sup>

A Jornada da Habitação Econômica, em 1941, foi outro momento em que posições contrárias à habitação coletiva para o trabalhador emergiram. Em trabalho com o título de “A habitação e a moral”, o assistente social e professor do Instituto de Serviço Social, Francisco de Paula Ferreira, debruçou-se na análise das “causas perturbadoras da moral da família”, localizando-as nas características da habitação coletiva em porões e cortiços. Arrolou, entre os inúmeros inimigos do “pudor e do regato feminino”, a exiguidade de espaço da moradia e o contato com estranhos no âmbito da vida doméstica e recomendou “que a vida da mulher derive numa atmosfera de discrição e de respeito que só se obtém na habitação individual”.<sup>20</sup>

Outros, menos pessimistas em relação às possibilidades do prédio de apartamentos, argumentavam que este poderia ser aceitável, inclusive como moradia para operários, desde que em determinadas condições.

“O ideal em habitações coletivas”, trabalho apresentado por Jacy Coutinho Vianna no mesmo evento, empenhava-se em discutir tais condições. A autora parte de uma descrição das moradias coletivas acessíveis às “classes mais necessitadas” – os cortiços –, nas quais sublinha os aspectos que confirmam sua reputação de ambientes promíscuos e desprovidos de condições adequadas de higiene. Em seguida, passa a tratar da segunda modalidade de habitação coletiva: os prédios de apartamentos. Alega que, quando espaçosos, eram muito caros, “destinando-se apenas a uma camada social privilegiada”, e se conservavam inconvenientes em virtude da proximidade entre vizinhos, da carência de espaços para crianças e dos riscos de acidentes:

Mesmo assim não deixam de apresentar alguns dos inconvenientes de qualquer habitação coletiva: não há dinheiro que impeça a desafinação em contralto ou agudo que os empregados dos vizinhos inventam de entoar. Nem o maior milionário amador de música lírica poderá proibir a mocinha elegante que mora em cima de ouvir no rádio, sintonização estrondosa, os swings, rumbas e congas de seu agrado. Perdura o problema da recreação para a infância. Além disso, nestes requintados prédios, dotados de ar-condicionado e outros aperfeiçoamentos, a lei da gravidade é exatamente a mesma; tudo o que se largar de cima, cairá normalmente...<sup>21</sup>

Acrescenta a esses inconvenientes a falta de condições propícias de salubridade, os altos valores dos aluguéis em relação ao conforto proporcionado e a falta de privacidade, concluindo ser possível “definir os prédios de apartamentos, de modo geral, como cortiços verticais”.<sup>22</sup> Junta sua voz às daqueles que veem na educação um empecilho adicional à moradia dos trabalhadores em prédios de apartamentos:

Quanto às classes mais elevadas, ouvimos de um dos apologistas da residência em apartamentos: “é um engano pensar que quem vive aí está em convivência com seus vizinhos; ao contrário, aí é que não se têm vizinhos”. Acreditamos que assim seja para uma pessoa de educação sólida.<sup>23</sup>

A autora, entretanto, empenha-se em defender a viabilidade de uma moradia adequada em prédios de apartamentos baratos, nos quais os problemas apontados no cortiço não precisariam, necessariamente, repetir-se. Para tornar isso possível, recomendava a criação de boas condições de arejamento e ventilação, a provisão de áreas de recreação, berçário e jardim da infância e medidas de educação do morador. Enfatizava, sobretudo, as últimas, ao sugerir um amplo trabalho de preparação dos moradores antes da mudança para apartamentos, o qual deveria se prolongar durante todo o tempo de moradia nesse tipo de habitação:

Pelo aspecto educativo, parece-nos que o mais importante seria uma campanha preparatória, visando diretamente cada unidade familiar, a fim de prepará-la a receber uma situação melhor; bem como um serviço permanente de assistência que a leve, sem sentir, a preservar no zelo de sua propriedade. Neste poderá influir favoravelmente o regulamento interno de cada prédio. Ao lado dessa educação, é necessário o esclarecimento em questões de ordem familiar, visando a formação de hábitos moralmente sadios. (...) É preciso, portanto, educar solidamente os moradores em habitações coletivas para que, preservando e salvaguardando a independência da vida familiar, lembrem-se dos que residem ao lado apenas como pessoas humanas dignas de respeito constante, e também merecedoras de apoio nos casos de necessidade. Esse trabalho poderá ser feito pelos agentes de educação em geral, como sejam, os professores, os dirigentes das associações existentes, e os encarregados dos serviços de assistência.<sup>24</sup>

Os depoimentos acima não elegem como alvo central da crítica a moradia, mas o operário, especialmente o brasileiro, visto como incapaz de atender às demandas de higiene, ordem e respeito pelos vizinhos que, julgam, uma habitação coletiva alta reclama.

Efetivamente, mesmo entre seus defensores, o prédio de apartamentos era com frequência entendido como adequado apenas em determinadas circunstâncias, em termos de localização e usuário. Uma evidência nesse sentido é a obra intitulada

22. Cf. Jacy Coutinho Viana (1942, p. 137).

23. Cf. Jacy Coutinho Viana (1942, p. 140).

24. Cf. Jacy Coutinho Viana (1942, p. 140).

25. Membro da elite carioca, José Candido Pimentel Duarte era advogado, desportista de remo e vela e, quando faleceu, em 1950, ocupava a presidência do Club de Regatas Guanabara.

26. Cf. José Candido Pimentel Duarte (1935, p. 7).

27. Cf. José Candido Pimentel Duarte (1935, p. 36).

28. Cf. José Candido Pimentel Duarte (1935, p. 42).

*Edifício de apartamentos. Estudo e comentários sobre a propriedade do apartamento*, publicada em 1935 pelo advogado José Candido Pimentel Duarte.<sup>25</sup> Tratava-se de um verdadeiro manual para construtores, proprietários e inquilinos de apartamentos, o que atesta o grande interesse e as muitas dúvidas então despertadas pelo tema. Prédios de apartamentos construídos em Copacabana e em outros bairros do Rio de Janeiro são mostrados como evidências de suas vantagens, tanto para o proprietário, quanto para o empreendedor. Na obra, naturalmente, a moradia em um prédio de apartamentos é valorizada, embora tida como adequada apenas para um segmento da população, a classe média: educada o bastante para a convivência em um prédio e desprovida de recursos suficientes para uma moradia unifamiliar confortável e bem localizada. Ao defender o Decreto n. 5.481, de 1928, que regulamentou no país a divisão horizontal da propriedade em edificações, o autor considera o prédio de apartamentos uma forma de possibilitar à classe média a propriedade de uma moradia em áreas centrais:

A economia na construção do edifício, a possibilidade da localização deste em centro urbano valorizado, a distribuição sobre um mesmo solo de numerosos apartamentos, a redução dos gastos a que se obrigaria um prédio residencial e outras inúmeras vantagens fazem do apartamento um lar ideal, para os indivíduos de classe média, tais sejam militares, advogados, funcionários públicos, corretores, etc.<sup>26</sup>

[...]

Incentiva-se de todos os modos a aquisição do prédio próprio, que obriga grande terreno, e que só pode ser possível ao pequeno capitalista no subúrbio distante; porque não se permitir aos moradores do centro urbano, propriamente dito, tornarem-se proprietários da sua moradia?<sup>27</sup>

[...]

Os ricos fazem a construção única, isolada em centro de grande terreno, cercada de jardins. Tanto o preço de aquisição do terreno, como o da construção e o do custeio são altamente elevados. O apartamento, de preço muito mais acessível, (sem jardins a conservar e de custeio baratíssimo) oferecendo o mesmo conforto que o prédio isolado, é o naturalmente indicado para as classes médias.<sup>28</sup>

O prédio de apartamentos foi defendido como moradia para trabalhadores pelo engenheiro-arquiteto Heribaldo Siciliano (1879-1943) em palestra intitulada "Habitação econômica em sentido vertical", proferida durante a Jornada de Habitação Econômica, em 1941. Para ele, entretanto, a solução ainda se restringia a uma parte do operariado. Ao comentar a objeção de alguns de que "nossos operários não estariam ainda em condições de morar em apartamentos", avaliava que na indústria paulista haveria um "considerável número de obreiros de elite

(contramestres, projetistas, chefes de seção, químicos etc.)”, os quais julgava estarem perfeitamente aptos para viver em tais prédios.<sup>29</sup>

A atividade profissional de Siciliano pode ser uma pista para a compreensão de tal posição. Formado em 1903 pela Politécnica, foi sócio de uma grande firma de projetos e construções – a “Siciliano & Silva” –, uma das pioneiras na execução de estruturas de concreto armado em São Paulo. Além de projetar e construir muitos palacetes na cidade, a empresa executou as obras em concreto da Faculdade de Medicina (1923) e do Mercado Municipal (1925) e planejou e edificou muitos prédios altos na cidade, alguns dos quais destinados a uso residencial. Em 1928, concluiu a construção de um prédio de apartamentos na Rua do Riachuelo, que, no ano seguinte, foi vendido ao Governo do Estado e abrigou a Secretaria de Viação e Obras Públicas. Em 1936, edificou o primeiro prédio de apartamentos da Avenida Higienópolis, o Edifício Dom Pedro II.<sup>30</sup>

Com conhecimentos técnicos no assunto e interesses empresariais envolvidos, Siciliano utiliza sua fala no evento para argumentar em favor da ampliação do mercado no qual atua, defendendo o início da construção, no país, de habitações econômicas em prédios de apartamentos. O autor insiste na localização “o mais próximo possível do campo de atividade dos que nela habitam”, como um aspecto central da moradia do trabalhador. Define como atributo da habitação econômica tanto seu baixo custo, quanto sua proximidade ao trabalho. Enumera efeitos negativos da moradia distante do trabalho na eficiência produtiva: os gastos com transporte, a fadiga, a energia física despendida no deslocamento e as faltas ao serviço, os quais seriam agravados por deficiência dos transportes e mau tempo.<sup>31</sup>

Com base nessa avaliação, sugere aos industriais – “para seu benefício” e com a “imprescindível cooperação dos poderes públicos” – construir habitações populares verticais econômicas para seus empregados no próprio terreno onde se acham localizadas as suas fábricas.<sup>32</sup> Sua reflexão articula argumentos de três vertentes: em favor da vila operária junto ao trabalho; em defesa da centralização de funções da moradia; e por uma habitação salubre e compacta para o operário. Assim, propõe:

- a) ... o máximo de aproveitamento de espaços úteis, e o mínimo de gastos (sem prejuízo de uma boa construção) em elementos supérfluos ou suntuários, de modo a poder assegurar aos industriais um juro razoável para o capital invertido na obra;
- b) maior aproveitamento da área do terreno da indústria para prever a sua ampliação futura, para a “instalação de locais para refeitórios, recreios, assistências, vida social, etc.”;
- c) redução da área útil da habitação e conseqüente diminuição (...) dos gastos com as instalações de esgotos, de água, de aparelhos sanitários, de luz, de acesso, de vedamento, de segurança, de fiscalização, de conservação etc.;

29. Cf. Heribaldo Siciliano (1942, p. 99).

30. Membro influente do mundo empresarial e político paulista, Heribaldo Siciliano foi, ainda, um dos fundadores do Instituto de Engenharia em 1906, fundador e primeiro presidente da Vasp (Viação Aérea São Paulo) em 1934 e um vereador com atuação importante no âmbito da legislação urbana, cuja iniciativa deu origem à promulgação em 1920 do novo “padrão municipal” para as construções particulares. Ver Sylvia Fischer (2005, p. 93-95).

31. Cf. Heribaldo Siciliano (1942, p. 97-98).

32. Cf. Heribaldo Siciliano (1942, p. 98-99).

33. Cf. Heribaldo Siciliano (1942, p. 98-99).

34. Cf. Heribaldo Siciliano (1942, p. 99-100).

35. Cf. Heribaldo Siciliano (1942, p. 100).

36. O engenheiro civil e urbanista Francisco Baptista de Oliveira foi professor da cadeira de “Hygiene geral, Hygiene industrial e dos edificios. Saneamento e traçado de cidades” da Escola de Engenharia de Juiz de Fora e engenheiro-chefe da Seção de Fiscalização da Diretoria de Obras da Prefeitura dessa cidade, onde também elaborou projetos de edificios e praças e planos urbanos, entre os quais o de um conjunto residencial para a Companhia Industrial Mineira.

37. Ver Francisco Baptista de Oliveira (1943, p.135).

38. O engenheiro Plínio Reis de Cantanhede Almeida (1910-1986) assumiu vários cargos públicos importantes, para os quais foi nomeado por Vargas, Goulart, Castelo Branco e Geisel. Em 1932, ingressou no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1936 presidiu a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Estivadores. Entre 1938 e 1945 foi presidente do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (Iapi) e entre 1943 e 1944 presidiu o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes (IAPC). Entre 1945 e 1946 foi chefe de gabinete do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Em 1946 foi um dos fundadores do periódico de viés nacionalista, *Jornal de Debates*, do qual foi um dos diretores até o início da década de 1950. Entre 1951 e 1955 foi presidente do Conselho Nacional do Petróleo, onde defendeu a criação da Petrobras e o monopólio

d) melhores condições de salubridade, consequente da possibilidade de se obter insolação mais uniforme, maior higiene e maior conforto;

e) condições mais favoráveis para a economia interna dos seus habitantes, em consequência dos fatores acima e da redução do tempo de ocupação do prédio, etc.;

f) melhores condições de ordem moral e social, por ser possível evitar, em tais habitações, as aglomerações excessivas e promíscuas enormemente prejudiciais à saúde e à moral de seus ocupantes, muito comum nos incontáveis cortiços ou mocambos de São Paulo;

g) melhor rendimento de trabalho, resultante dos fatores acima, possibilitando aos obreiros melhorar mais rapidamente suas condições de vida, e aos industriais também, maior produtividade e, conseqüentemente, maior rendimento;

i) melhor entendimento e consequente maior produtividade, resultante de um mais íntimo contacto entre patrões e operários, quando estes habitam no mesmo campo de atividade.<sup>33</sup>

A ação esperada do Estado envolvia incentivos fiscais, adaptações de códigos de obras e, sobretudo, o financiamento, ao considerar que “num país como o nosso, onde o capital é escasso, e os juros altos, a construção de casas baratas só será possível com o auxílio governamental”.<sup>34</sup>

Sua estratégia de convencimento não prescinde da eleição de um exemplo a ser seguido. O lembrado, ao final de sua fala, é a “modelar fábrica Maria Zélia”, alçada à condição de testemunho da “clara e luminosa antevisão desse problema social”, fundada por Jorge Street (1863-1939), industrial paulista, falecido cerca de dois anos antes do evento.<sup>35</sup> Nesse momento, entretanto, o autor se esquece de mencionar o fato de ser esta uma vila composta de casas térreas, “detalhe” que descola a proposta de parte de suas justificativas.

Há os que centram a atenção em outros aspectos da localização, deslocando o foco da proximidade do trabalho para o preço da terra. Assim, recomendam os prédios de habitação coletiva como solução ideal de moradia para aqueles – inclusive trabalhadores – que precisam morar em áreas centrais valorizadas.

O engenheiro Francisco Baptista de Oliveira,<sup>36</sup> em tese apresentada na Segunda Convenção Nacional de Engenheiros e publicada em 1943 na revista *Idort*, citava o arquiteto alemão Walter Gropius (1883-1969) ao defender a opção pela tipologia residencial como decorrente especialmente do preço do terreno, assinalando que, nos mais caros, apenas a moradia coletiva seria viável.<sup>37</sup>

Tal postura foi compartilhada pelo então presidente do Instituto dos Industriários, Plínio de Cantanhede, um engenheiro que entre 1932 e 1984 ocupou diversas funções de chefia na administração pública e em empresas estatais.<sup>38</sup> Em conferência no Rio de Janeiro, durante a jornada promovida pelo *Idort* em 1941, argumentou:

A meu ver, não se pode ser partidário extremado da casa individual, como não se pode ser adepto exclusivo da casa coletiva. Há lugar para as duas soluções e a seleção tem de obedecer a um critério económico, sem prejuízo do aspecto social do problema. Evidentemente, não é possível construir-se, nos grandes centros urbanos já valorizados, casas individuais, pelo alto preço do terreno, pela alta valorização do imóvel, assim como não há conveniência em se construir grandes casas coletivas nas zonas mais afastadas. Na comparação da solução da casa coletiva ou da casa individual, deve-se atentar para o fim a que ela se destina. Naturalmente para o empregado no comércio, a solução deve ser de preferência a casa coletiva, porque ele necessita e lhe é conveniente a moradia junto ao grande centro mesmo. Já para o operário, a casa individual é, na maioria dos casos, aconselhável, porque muitas vezes a própria indústria se localiza na zona suburbana ou na zona rural.<sup>39</sup>

A aceitação do prédio de apartamentos como moradia de trabalhadores ocorria de forma matizada tanto em nível dos debates, quanto no plano das realizações. Um exemplo do último aspecto é o conjunto de habitações para trabalhadores projetado e construído em 1933, na Gamboa, Rio de Janeiro, por iniciativa dos arquitetos Lúcio Costa (1902-1998) e Gregori Warchavchik (1896-1972). Eram 14 moradias compactas com sala, cozinha, banheiro e dois quartos. A planta seguia um modelo de repartição em quatro partes, usual no Brasil desde o século XIX em moradias erguidas por patrões para trabalhadores rurais e urbanos. Entre as habitações, sete eram térreas e sete ocupavam um pavimento superior. Suas disposições criavam recuos para adequação ao terreno, permitindo identificar, a partir do exterior, cada uma das moradias, cujo acesso se dava através de uma sacada externa. Esse acesso independente das unidades e a forma da construção indicam uma posição intermediária entre um bloco de casas e uma habitação coletiva.

O engenheiro e arquiteto Rubens Porto, que ocupou postos influentes no serviço público – como assistente técnico do Ministro do Trabalho – e na sociedade civil organizada – como presidente do Secretariado Econômico-Social da Ação Católica –, também julgava a possibilidade de o prédio de apartamentos servir de residência ao trabalhador, em determinadas condições. No livro *O problema das casas operárias e os institutos e caixas de pensões*, publicado em 1937, considera o apartamento para o operário como uma possibilidade, que atende ao eventual preço elevado do terreno ou à morada de solteiros e de casais sem filhos. Na obra, o autor revela conhecer experiências alemãs de *siedlungen* e aprová-las, exceto quando adotam plantas baixas de formas circulares.<sup>40</sup> Discute as vantagens econômicas oferecidas pelo sistema *duplex* e os vários benefícios decorrentes do *pilotis* em termos de salubridade, adaptação da construção ao solo e do uso do espaço como lugar de recreio por crianças e de reunião por adultos.<sup>41</sup>

estatal do petróleo. No governo de João Goulart foi subsecretário do ministro da Viação e Obras Públicas (1962-1963), superintendente da administração do porto do Rio de Janeiro e diretor da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) (1963-1964). Entre 1962 e 1984 foi presidente do Instituto Brasileiro do Petróleo. Entre 1964 e 1967 foi prefeito de Brasília, nomeado por Castelo Branco. No governo Geisel foi presidente da Companhia Siderúrgica Nacional. Entre 1979 e 1982 foi presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. Foi, ainda, membro do conselho técnico da Confederação Nacional do Comércio. Foi autor da obra *Alguns aspectos da previdência social: o problema da aplicação das reservas*, publicada em 1946.

39. Cf. Plínio de Castanheda (1942, p. 134).

40. Empregada, por exemplo, no Rundling Siedlung em Leipzig.

41. Ver Rubens Porto (1937, p. 41-46).

42. Cf. Walther Gropius (1973b, p. 123).

43. Ver Walther Gropius (1973a; 1973b) e Le Corbusier (1973a; 1973b).

Na diversidade de posições frente à moradia em prédios de apartamentos cabiam, ainda, aqueles que os defendiam de forma abrangente, como uma solução adequada às diferentes categorias de usuários e classes sociais e às diversas localizações urbanas. A aceitação no Brasil do prédio de apartamentos como uma alternativa adequada de moradia da classe trabalhadora e em localidades centrais ou periféricas deve-se muito à contribuição teórica e prática de engenheiros e arquitetos sintonizados com realizações e debates internacionais sobre o tema, especialmente aqueles realizados no âmbito dos congressos internacionais de arquitetura moderna (Ciam).

A opção por casas ou apartamentos foi um dos temas centrais dos Ciams realizados em 1929 em Frankfurt – cujo tema foi moradias mínimas – e em 1930 em Bruxelas – que comparou as opções entre moradias baixas, médias e altas. As discussões então travadas procuraram redefinir o padrão de moradia que tinha se consagrado ao longo do século XIX e das primeiras décadas do XX, ao confirmar, negar ou requalificar parâmetros estabelecidos. A necessidade de boas condições de higiene é reafirmada, mas sua relação com a cubagem de ar – dimensões e pé-direito dos cômodos – é repensada. Em uma moradia pensada para abrigar uma família menos numerosa que a usual no século anterior, sugerem-se quartos compactos e, para evitar a sensação de confinamento, o alargamento de janelas compensando certa restrição das dimensões do cômodo. A necessidade de contato imediato com a natureza, lá como aqui, uma justificativa recorrente da casa unifamiliar, é negada. Para Gropius, trata-se de algo “biologicamente superado”, um resquício do modo de vida rural.<sup>42</sup>

Nesses debates, verificou-se o predomínio de uma forte tendência de defesa do prédio alto de apartamentos, adotada por Gropius e Le Corbusier (1887-1965). A superação de preconceitos foi apontada como a principal estratégia para vencer as resistências levantadas contra tais edificações. Cabia, pois, mostrá-las como compatíveis com higiene, privacidade e conforto e avançar na demonstração das vantagens adicionais identificadas na tipologia: economia na construção e manutenção das habitações; possibilidade de centralização de funções da moradia; e viabilidade de maior concentração habitacional. Assim, houve empenho em mostrar que a moradia coletiva possibilitaria uma organização centralizada de parte dos serviços domésticos – via lavanderias coletivas, cozinhas centralizadas etc. –, adequada e necessária à classe trabalhadora pela economia decorrente, pela redução do tempo despendido nas tarefas domésticas (favorecendo, inclusive, o trabalho feminino fora do lar) e por ser solidária com as novas modalidades de família que se difundiam (solteiros, viúvos, divorciados e mães solteiras). Já a concentração habitacional favoreceria a circulação, ao reduzir o tempo e os gastos em transportes, e limitaria os custos com a infraestrutura urbana.<sup>43</sup>

Com base nesses argumentos, Le Corbusier propunha, em 1929, uma cidade-jardim vertical – com altas densidades em meio a muito verde – e lançava-se contra a casa com jardim, retratada como um “resíduo de séculos passados” e um entrave à organização de serviços domésticos coletivos e de estratégias coletivas de manutenção.<sup>44</sup> Embora sem tomar um partido entre as duas alternativas, Gropius insiste que “o prédio alto não é mal necessário”. Compara as alternativas e avalia ser a casa com jardim apropriada às famílias com crianças ou àquelas “famílias estáveis” – sem necessidade de deslocamento ao trabalho e com recursos para mantê-las –, enquanto a moradia em prédio alto é considerada mais adequada às massas de trabalhadores urbanos.<sup>45</sup> Curiosamente, o arquiteto austríaco Richard Neutra (1892-1970), representante dos EUA, país onde os prédios altos haviam se propagado com mais intensidade, mostra-se bem menos empolgado com a tipologia. Assinala o custo decorrente de medidas de combate a incêndio e de elevadores nos prédios altos residenciais e sublinha o desejo por casas isoladas para contrabalançar a superlotação dos locais de trabalho, concluindo ser a moradia em prédios de apartamentos mais adequada a casais sem filhos, a solteiros e a ricos.<sup>46</sup>

Atentos a tais debates e às experiências internacionais de construção de prédios de apartamentos, alguns engenheiros e arquitetos brasileiros se esforçaram em estimular sua adoção no país, ao apresentá-los não só como viáveis e adequados, mas também como capazes de elevar o padrão de vida da população, inclusive da trabalhadora. A partir da década de 1940, no Brasil, prédios de apartamentos foram erguidos por institutos de aposentadoria e pensões para abrigar famílias de trabalhadores. O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários – Iapi – foi o que mais apreço demonstrou pela tipologia. A ação dos assistentes sociais envolveria uma terceira categoria profissional, atuando em outro aspecto da questão: o morador. Tais profissionais postulavam oferecer o suporte necessário ao processo de adaptação do trabalhador à nova moradia.

Ao pensar a questão pela ótica da organização doméstica, a professora e assistente social católica Vicentina Ribeiro da Luz (1896-1978),<sup>47</sup> em trabalho publicado em 1943, via no prédio de apartamentos a possibilidade de recuperação de estratégias de ajuda mútua entre famílias pobres, presentes em moradias precárias e ameaçadas pela casa unifamiliar isolada. Assim, reprovou as casinhas com jardim, feitas para os pobres em subúrbios distantes, alegando que, embora construídas com carinho e “muito gosto artístico”, mostravam-se inadequadas para famílias em que as mães trabalham fora e precisam do auxílio de vizinhos. Os prédios de apartamentos – se erguidos junto a fábricas e a parques infantis – eram, nessa perspectiva, a solução habitacional ideal para o trabalhador urbano. “Simplicidade e bom gosto” deveriam nortear sua construção, que incluiria um

44. Cf. Le Corbusier (1973a, p. 137).

45. Cf. Gropius (1973a, p. 211-232).

46. Ver Richard Neutra (1973, p. 244-250).

47. Vicentina Ribeiro da Luz (1896-1978) era filha de engenheiro e membro da elite paulista e foi considerada uma pioneira do serviço social em São Paulo. Durante o movimento de 1932 – a chamada “Revolução Constitucionalista” –, integrou-se à Associação Cívica Feminina, criada naquele ano com o objetivo de oferecer assistência aos soldados paulistas feridos. Simultaneamente envolveu-se em ações assistenciais dirigidas aos pobres, vinculando-se à Liga das Senhoras Católicas. Em 1932, com outras professoras, criou o Centro de Assistência Social Brás-Mooça. Durante a Segunda Guerra organizou o Posto de Abastecimento da Imigração, no Brás. Participou da fundação de diversas escolas primárias e creches junto a igrejas e de um internato para menores.

48. Cf. Vicentina Ribeiro Luz (1943, p. 138-139).

49. Ver Telma de Barros Correia (1999).

50. Cf. Atílio Corrêa Lima (1963, p. 7).

restaurante e um centro social. A proximidade da fábrica evitaria a necessidade de condução, o parque infantil substituiria o quintal, enquanto as redes de sociabilidade e ajuda entre vizinhos – fundamentais à sobrevivência em cortiços e porões – seriam favorecidas.<sup>48</sup>

Um resolutivo defensor da habitação de massa coletiva foi o arquiteto Atílio Corrêa Lima, cujos projetos de conjuntos residenciais para o IAPI o converteram em experiente difusor do modelo. Seu parecer sobre o plano da Cidade Operária da Fábrica Nacional de Motores, elaborado em 1943, constitui uma defesa do prédio de apartamentos, ancorada em uma série de considerações acerca do “conceito moderno sobre o modo de alojar as massas”, de clara filiação ao modelo de moradia coletiva e de cidade, postulado pela urbanística do Ciam.<sup>49</sup>

Sua argumentação em defesa do prédio de apartamentos para operários apoia-se em ícones da modernidade: o progresso técnico, o sistema industrial e a concepção de evolução. Alega que o “conceito moderno sobre o modo de alojar as massas” seria uma decorrência do “desenvolvimento industrial e do progresso científico”, que estariam abolindo “velhos preconceitos”, “sistemas passadistas” e “preceitos rotineiros”; ao invalidar a concepção do Brasil como um país essencialmente agrário; e despertar “todas as energias latentes” da nação. Postula que a arquitetura e o urbanismo – como tudo o que é “acessório” à era industrial – devem seguir esse movimento: “Espírito Novo! Criando indústria nova! Em ambiente novo!”.<sup>50</sup> Evoca, ainda, uma visão evolucionista da história, denunciada pela insistência no uso da palavra “evoluir” e pela noção biológica de adaptação, ao argumentar que o conceito de moradia evoluiu devido às circunstâncias atuais e que o homem evolui e se transforma continuamente, adaptando-se facilmente às inovações do meio social que lhe trazem maior conforto e estabilidade social.

Sua defesa da habitação de massa coletiva revela, ainda, uma nítida influência dos discursos de Gropius durante o segundo e o terceiro Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, ocorridos em 1929 e 1930, bem como da noção de cidade-jardim vertical, proposta por Le Corbusier em falas, artigos e projetos urbanos. Assim, Atílio concebe a habitação coletiva para os trabalhadores como solidária com a organização coletiva do trabalho, que caracteriza a ordem industrial e, portanto, capaz de beneficiar-se das economias de tempo e dinheiro propiciadas por tal organização. No caso específico de uma cidade operária, considera bastante razoável estender a lógica fabril de cooperação ao mundo doméstico:

Não se justifica que se procure no conceito individualista extremado, a solução do problema, quando toda a atividade do homem civilizado repousa nos benefícios do trabalho coletivo. Se na sociedade humana todas as atividades estão subdivididas para que cada

parcela contribua para o todo. Se tudo é obra da cooperação, porque que somente na habitação vai o homem procurar o isolamento em pequenos feudos, em desacordo com a própria estrutura industrial da F.N.M., onde nada é supérfluo e tudo é solidário.<sup>51</sup>

A permuta das casas por blocos residenciais em série e do quintal pelo parque seria o rebatimento, no âmbito do lar, da cooperação que impera no mundo do trabalho fabril. Como Gropius e Le Corbusier, Atílio assinalou a economia com construção e manutenção das habitações como vantagem da moradia coletiva e enfatizou os custos decorrentes das baixas densidades inerentes ao sistema de casas unifamiliares. Tais custos para os moradores estariam na necessidade de arcar com a manutenção do terreno individual e, para a empresa promotora da cidade fabril, no “estabelecimento e na conservação dos serviços de alimentação, abastecimento d’água, esgoto, calçamento, limpeza urbana, parques e jardins, educação e cultura, política e fiscalização”.<sup>52</sup> Em favor da moradia coletiva de massa, Atílio recorre, ainda, a exemplos de experiências internacionais e nacionais, em curso na época, desde a “conservadora Inglaterra”, “onde o *cottage* era uma verdadeira instituição nacional”, até o Brasil, onde o Instituto dos Industriários erguia os conjuntos residenciais da Várzea do Carmo e da Vila Heliópolis.<sup>53</sup> O avanço desse tipo de habitação no Brasil, na década de 1940, era interpretado pelo arquiteto como indício de que se superavam os preconceitos contra ele, intensos algumas décadas antes.

A proposta de Atílio para a cidade operária da F.N.M. incorporava duas modalidades de moradia: casas unifamiliares em meio a jardins particulares para os funcionários mais graduados e apartamentos em prédios coletivos para os demais. Como Gropius, sua adesão aos blocos de apartamentos estava longe de considerá-los uma solução geral, postulando que a casa individual isolada continuaria uma opção viável para as camadas de renda mais alta.

Aparentemente saturado pela insistente referência, pelos defensores da residência unifamiliar para o trabalhador, ao quintal como espaço indispensável, Atílio investe contra ele com determinação, ao associá-lo à desordem, sujeira, atraso e preguiça. Reduz o quintal a um “terreiro” e “depósito de velharias”. Relaciona sua substituição pelo parque coletivo e à do ócio (representado pelo pijama e chinelo) pelo lazer moderno e suas formas de sociabilidade:

... é muito mais vantajoso o parque coletivo de grandes proporções, com finalidade recreativa e educativa, bem junto da habitação, do que o lote individual onde o morador não pode, pelo seu padrão de vida, manter um certo nível criando o pitoresco desejável. Muito pelo contrário, recai sempre a propriedade no velho sistema do quintal, depósito de velharias, com aspecto árido e sórdido dos terreiros.<sup>54</sup>

51. Cf. Atílio Corrêa Lima (1963, p. 5).

52. Cf. Atílio Corrêa Lima (1963, p. 7).

53. Cf. Atílio Corrêa Lima (1963, p. 7).

54. Lima (1963, p. 5 e 6).

55. Cf. Le Corbusier (1973a, p. 137).

56. Ver Mariana Fialho Bonates (2016).

57. O engenheiro alagoano Antônio Guedes Muniz é considerado um pioneiro da indústria aeronáutica brasileira. Estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro e cursou Engenharia Aeronáutica na França. Serviu na Companhia de Aviação da Arma de Engenharia, organizou e dirigiu o Primeiro Serviço Meteorológico da Aviação Militar do Brasil e projetou os primeiros aviões fabricados no Brasil.

58. O Congresso Brasileiro da Indústria ocorreu em São Paulo, em dezembro de 1944. Foi aberto com discurso proferido por Roberto Simonsen. Reuniu intelectuais e industriais empenhados em discutir políticas de fortalecimento da indústria nacional.

59. Cf. José Ricardo Ramalho (1989, p. 52).

Acima, é possível identificar ecos das reservas colocadas por Le Corbusier ao jardim e ao quintal unifamiliar e sua aposta de que o abandono de tais espaços “pode conduzir com uma mesma superfície de terrenos à introdução do esporte junto às moradias”, entendido em termos de “recuperação das forças nervosas perdidas na oficina ou na fábrica”.<sup>55</sup>

Ao longo do texto, a casa vai sendo associada a imagens pejorativas: o “pequeno feudo” sugere isolamento; o quintal “depósito de velharias” indica falta de ação; o pijama e o chinelo sugerem lentidão; enfim, tudo denuncia uma vida monótona e pouco atraente. Em oposição, o conjunto habitacional emerge associado a uma vida ativa, em ambiente limpo e ordenado. Além de adequada, a moradia coletiva surge como inelutável: consequência lógica da cooperação do trabalho industrial, conveniente às condições de vida dos trabalhadores e uma tendência inevitável.

Refletindo os vínculos entre arquitetura moderna e técnicas militares,<sup>56</sup> o brigadeiro Guedes Muniz (1900-1985)<sup>57</sup> – contratante de Atílio Corrêa Lima para o projeto da Cidade dos Motores – revelou-se não apenas um fervoroso defensor de seu parecer, como um adepto entusiasta de Le Corbusier no que se refere à questão da moradia de massa. Cerrou fileiras contra a modesta casinha com seu singelo jardim e acanhado quintal, sensibilizado pela visão grandiosa de blocos de apartamentos em meio a parques e instalações para a cultura do corpo. No Congresso Brasileiro da Indústria, em 1944,<sup>58</sup> deu seu testemunho de adesão ao modelo de organização do espaço, da vida e da produção de moradias, representado pelo conjunto residencial composto por prédios de apartamentos:

Habitados a ouvir, por todo o Brasil, louvores às habitações individuais, por índole e por descendência, nossa primeira inclinação foi para essas habitações, onde o operário possuísse sua casinha branca e seu quintalzinho pequenino, e se sentisse assim mais em casa, mais possuidor da habitação em que morasse. Consultamos, porém, Atílio Correia Lima, o brilhante urbanista que conhecíamos desde Paris, quando naquela época estudava ele urbanismo e arquitetura, e eu me esforçava na engenharia aeronáutica. Nas vésperas de morrer tão tragicamente, Correia Lima deu-nos seu parecer – era a condenação da casa individual, especialmente para o caso particular da Cidade dos Motores; era a crítica do quintal pequenino do operário, jamais plantado, tratado ou cultivado, e sempre motivo para entulhos e trastes velhos acumulados. O jovem arquiteto da Fábrica de Motores ofereceu-nos o livro de Le Corbusier, “*La Ville Radieuse*”, insistindo para que o lêssemos. Atílio Correia Lima e Le Corbusier convenceram-me totalmente. Na mesma área de terreno onde poderíamos abrigar cinco mil pessoas, em casas individuais, modestas, era possível abrigar vinte a vinte e cinco mil em apartamentos modernos e confortáveis. Em lugar do quintalzinho sujo e pequenino, os operários podiam ter à sua disposição grandes parques com piscinas, jardins e campos de esporte e recreio.<sup>59</sup>

## A MORADIA COLETIVA NA AÇÃO DE FÁBRICAS E MINERADORAS

Apesar do empenho de Atílio e de seu entusiasta contratante, os prédios de apartamentos se mostraram pouco atrativos às empresas que construíram moradias para seus empregados no Brasil. A Cidade dos Motores foi um dos poucos exemplos nacionais de núcleo fabril a incluir, além de casas, apartamentos em prédios. No país, as moradias coletivas criadas por empresas para abrigar operários, funcionários e dirigentes foram, sobretudo, acomodações em dormitórios, hospedarias ou hotéis destinados a solteiros.

O alojamento fornecido pelo patrão é uma prática com raízes remotas na sociedade brasileira. No período colonial, as senzalas, casas e casebres se difundiram em fazendas e em engenhos de açúcar. Nas cidades, caixeiros solteiros foram alojados em dependências das lojas ou nas residências de patrões. Durante o século XIX, fábricas e empresas de mineração deram continuidade à prática, alojando famílias em casas e solteiros em senzalas, alojamentos, dormitórios, casas de hóspedes e/ou hotéis. Uma importante alteração em relação ao período colonial é que a solução em alojamento coletivo – salvo exceção – passou a excluir famílias, restringindo-se aos empregados fixos solteiros ou ao abrigo temporário de visitantes. O nome e a forma da moradia coletiva destinada ao trabalhador dependiam da posição do ocupante na ordem e hierarquia da empresa, englobando desde galpões precários divididos em cômodos até confortáveis hotéis e casas de hóspedes.

Recuperando o modelo de habitação adotado em fazendas para abrigar escravos, senzalas foram criadas, até a terceira década do século XIX, por algumas fábricas de ferro – como as de São João de Ipanema, no estado de São Paulo, e as do Prata e de São Miguel de Piracicaba, no estado de Minas Gerais – e pela mina de ouro de Morro Velho, também no último estado. Assim como em engenhos de açúcar, o trabalho pesado e predominantemente masculino nesses empreendimentos associava-se ao emprego de escravos e ao alojamento destes em senzalas. No Brasil, portanto, uma das primeiras modalidades de alojamento de mão de obra industrial foi a senzala, adotada em alguns casos na primeira metade do século XIX, em suas características construtivas, denominação e mão de obra escrava alojada.<sup>60</sup> Apesar de os agentes sociais envolvidos na provisão da habitação terem se alterado, o trabalho escravo e a senzala persistiram em alguns casos, inclusive entre os ingleses proprietários de Morro Velho.

Com a abolição da escravatura e a maior diversificação das fábricas e da mão de obra por elas empregada – incluindo crianças, mulheres solteiras ou casadas etc. –, as senzalas deram lugar a alojamentos coletivos, que podiam ser

60. No século XIX, casebres e barracos também foram adotados pelas empresas, assim como modelos de moradia comprometidos com noções de higiene e conforto.

61. Ver Paulo Fernandes Keller (1997, p. 44-45).

62. Cf. Fabrica... (1879, p. 115-116).

63. Ver Conceição de Maria Ferraz de Varon (1987, p. 205).

64. Ver Douglas Cole Libby (1984) e Marshall Craig Eakin (1981).

65. Ver Maria Luiza Renaux Hering (1987).

66. Ver Richard Burton (1983).

chamados conventos (se destinados a moças solteiras), dormitórios, pensões ou hospedarias. Foram mais frequentes em núcleos fabris isolados no campo, mas ocorreram também em vilas operárias situadas em cidades. Costumavam incluir quartos, sanitários e refeitórios, além de cozinhas e demais instalações de serviços. A partir de meados do século XIX, é possível localizar, como muita frequência, alojamentos em empreendimentos industriais e de mineração situados fora de cidades.

Em alguns casos, há indicações de características espaciais de tais moradias. Na fábrica de tecidos da Brasil Industrial, fundada em 1871, no estado do Rio de Janeiro, havia um dormitório para 100 crianças operárias, instalado em uma casa grande.<sup>61</sup> A Fábrica de Tijolos Santa Cruz, fundada em 1876, no mesmo estado, ergueu "... uma casa quadrilonga com 80 metros de comprimento por 7 de largura, contendo 30 dormitórios para duas pessoas cada um, refeitório para 120 pessoas, cozinha, despensa...".<sup>62</sup> Em Pau Grande, núcleo pertencente a uma fábrica têxtil, fundada em 1878, também no estado do Rio, os alojamentos eram construções térreas, com uma fileira de quartos acessados por um corredor e com um único banheiro.<sup>63</sup> Na década de 1840, na mina de Morro Velho, havia alojamentos para acomodar quarenta trabalhadores livres, e estavam sendo erguidos outros dotados de doze quartos, destinados a dois trabalhadores cada.<sup>64</sup> Em Bom Retiro, localidade rural próxima a Blumenau, onde se instalou, em 1880, a fábrica têxtil Hering, criaram-se dois dormitórios: o feminino, no segundo andar do prédio da malharia, e o masculino, em construção situada atrás da fábrica.<sup>65</sup>

Quando destinadas a abrigar pessoas com posição privilegiada na hierarquia da empresa ou da sociedade – visitantes, diretores ou funcionários qualificados –, as moradias coletivas adotavam padrão construtivo mais elevado, ofereciam um serviço de qualidade superior e passavam a ser chamadas de hotéis ou casas de hóspedes. Sua presença era mais usual em núcleos erguidos no campo por empresas de grande porte. Em 1867, Richard Burton observou, em Morro Velho, a existência de um sobrado com essa função,<sup>66</sup> o qual foi substituído no final do século XIX por um amplo hotel.

Na primeira metade do século XX, algumas formas de alojamento coletivo para solteiros difundidas no século XIX – como os alojamentos e hotéis – persistiram, enquanto outras – como as senzalas – foram abolidas e substituídas por alojamentos mais confortáveis.

Para empregados pouco qualificados, a forma desses alojamentos podia revelar poucas alterações, se comparada às antigas senzalas, sobretudo quando instalados em núcleos fabris no campo, longe dos controles sanitários urbanos. Um documento de 1938 descrevia as pensões da mina de Morro Velho em termos

muito desfavoráveis, mencionando quartos sem janelas que “servem de dormitório a cinco ou seis homens”.<sup>67</sup> A tendência, entretanto, foi no sentido de os alojamentos adotarem condições de higiene e conforto um pouco superiores, em termos de ventilação, iluminação, instalações sanitárias, mobiliário e, especialmente, de lotação. Em Camaragibe, Pernambuco, havia, no início do século XX, dois alojamentos para operários com doze quartos e um sanitário no térreo. Eram prédios de dois pavimentos, de projeto econômico: sem ornatos e com as paredes do térreo coincidindo com as do pavimento superior (Figura 1). Parte considerável dos empregados da Ford, no Pará, entre 1928 e 1934, foi instalada em 16 alojamentos em Fordlândia e em 17 em Belterra. Na década de 1940, a Klabin do Paraná criou no núcleo de Lagoa – sede do setor florestal e serviço de tráfego – alguns barracões para dormitório coletivo com capacidade para até 200 trabalhadores.



Figura 1 – Alojamento para solteiros em Camaragibe, Pernambuco, no início do século XX. Fonte: Fundaj

Para técnicos e operários qualificados o padrão dos alojamentos se elevava. A Armour, instalada a partir de 1917, em Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul, criou um alojamento para técnicos em prédio de três pavimentos, com 52

68. Ver Palmira Teixeira (1990).

69. Ver O Frigorífico... (1918).

70. Ver Henrique Telles Vichniewski (2004).

quartos e áreas de uso comum e de serviços. Em Volta Redonda, na década de 1940, os alojamentos destinados a operários qualificados e ao pessoal administrativo da CSN eram prédios confortáveis de dois pavimentos, cercados por jardins. Na década de 1940, a Klabin do Paraná criou em Harmonia – onde localizou sua fábrica de papel – o Hotel Central, uma ampla construção simples, porém mais confortável, com 28 quartos e 16 apartamentos (Figura 2).



Figura 2 – Alojamento para solteiros criado pela Klabin em Harmonia, Paraná. Fotografia de Philip Gunn, 1997.

Em vilas operárias erguidas em cidades, os alojamentos eram menos frequentes e tendiam a apresentar menores dimensões. Em São Paulo, o alojamento da Vila Maria Zélia, erguido na década de 1910, incluía quartos, salas de estar, de jantar e de costura, cozinha, sanitários e banheiro (Figura 3).<sup>68</sup>

Quando reservados aos dirigentes das empresas ou aos engenheiros, os alojamentos eram edificações de elevado padrão de construção e conforto. Na cidade de Rio Grande, a Rheingantz criou, em 1911, uma habitação coletiva chamada de Cassino dos Mestres, com três dormitórios no pavimento superior e, no térreo, além dos espaços de serviço, salas para jogos, bilhar, leitura e jantar. Ao instalar, em 1918, uma filial no Rio Grande do Sul, o frigorífico Swift criou, junto às suas instalações em Rosário e ao porto em Rio Grande, duas confortáveis hospedarias para funcionários solteiros qualificados, ao lado de dois conjuntos de casas para os casados<sup>69</sup> (Figura 4). Em Rancharia, a Matarazzo criou quatro alojamentos para engenheiros – dotados de três suítes e uma sala – e um alojamento para operários com 30 quartos para duas pessoas, vestiários, salas de jantar e estar e áreas de serviço.<sup>70</sup>

Quando a moradia se destinava a abrigar temporariamente hóspedes ou funcionários, costumava ser chamada de hotel ou casa de hóspedes. No início do século XX, em Pedra – núcleo fabril criado por Delmiro Gouveia junto à fábrica de linhas de costura, no sertão de Alagoas –, o hotel da empresa era uma construção simples, pois os hóspedes ilustres eram alojados na casa do industrial. Posteriormente,



Figura 3 – Alojamento na Vila Maria Zélia, São Paulo. Fotografia de Philip Gunn, 2001



Figura 4 – Hospedaria da Swift em Rosário, Rio Grande do Sul. Fotografia de Philip Gunn, 1997

entretanto, com o declínio do hábito de hospitalidade e o aumento do porte de algumas empresas, a tendência – já verificada entre os ingleses de Morro Velho no século XIX – foi a de hotéis abrigarem os visitantes – vindos a negócios ou a passeio – recebidos pelas empresas.

Na primeira metade do século XX, as grandes indústrias nacionais – estatais ou não – implantadas em núcleos fabris ou em cidades de pequeno porte tenderam a criar grandes hotéis, instalados em prédios amplos, de alta qualidade construtiva e localizados em pontos privilegiados em termos de vista. Em núcleos fabris constituem exemplos nesse sentido o Hotel Bela Vista (construído pela CSN em Volta Redonda) (Figura 5), o hotel dos engenheiros da Fábrica Nacional de Motores e o Hotel Igapê (edificado pela Klabin, em Harmonia, no Paraná). Em Alumínio, fundado na década de 1940, no estado de São Paulo, havia um hotel para engenheiros e outro para técnicos. Casas de hóspedes foram criadas em Timóteo e em Casa de Pedra, no estado de Minas Gerais e pela Mecânica Pesada, no estado de São Paulo. Em Monlevade, Minas Gerais, os engenheiros e técnicos solteiros residiam – mediante o pagamento de taxa mensal – no “Cassino”, prédio descrito como “amplo, magnífico, instalações confortáveis”.<sup>71</sup> Em cidades, a prática foi menos frequente, mas adotada pela Siderúrgica Belgo-Mineira em Sabará e pela Cia. Vale do Rio Doce S.A. em Itabira.



Figura 5 – Hotel Bela Vista em Volta Redonda. Fotografia de Philip Gunn, 2001

Durante o século XIX, a moradia coletiva oferecida por empresas a seus empregados no Brasil voltou-se, salvo uma exceção identificada, aos solteiros. Aos casados, reservavam-se casas unifamiliares. Um exemplo raro, no Brasil, de

moradia coletiva para casados foram dois prédios erguidos pela Fábrica Renaux, fundada em 1892, em Brusque, Santa Catarina. Batizados *familienhaus*, destinavam-se a abrigar de três a sete famílias. No interior desses prédios, cada família dispunha de cozinha, dois quartos e sala.<sup>72</sup>

No século XX, uma inflexão nessa tendência seria verificada: a oferta de alojamentos em moradias coletivas para abrigar famílias de operários casados. Estas, entretanto, foram pouco significativas em relação às soluções ofertadas aos solteiros e, menos ainda, se comparadas às casas unifamiliares. Restringiram-se, basicamente, a alguns prédios de apartamentos, construídos em número limitado e, sobretudo, entre 1940 e 1960.

Alguns desses prédios revelam uma transição entre casa unifamiliar e edifício de apartamentos. É o caso dos prédios erguidos em Fortaleza, na década de 1940, pela fábrica têxtil São José (Figura 6). Com fachada de viés *art déco*, tinham 32 apartamentos – 16 no térreo e 16 no pavimento superior – dotados de sala de estar, sala de jantar, dois quartos, cozinha, despensa, banheiro, área de serviço e dependências para empregada. Todos contavam com uma entrada independente e uma pequena área descoberta. Nos apartamentos situados no pavimento térreo, essa área abrigava um pequeno jardim frontal, enquanto, nos situados no primeiro andar, correspondia a um quintal.

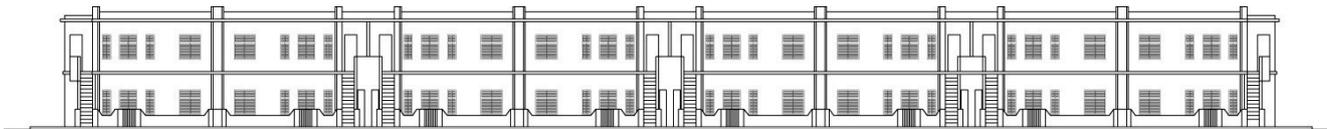


Figura 6 – Prédios de apartamentos da Fábrica de Tecidos São José, em Fortaleza. Desenho da autora, 2014 (com base em ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. Onde moram os operários: vilas operárias em Fortaleza – 1920-1945. Salvador: FAU-MAU, 1990).

Este também é o caso de dois pequenos prédios de apartamentos construídos no início da década de 1940 pela Companhia Nitro Química, na cidade de São Paulo: um bloco de gosto *déco* com quatro apartamentos, dotados de sala, dois quartos, cozinha, dois sanitários e área de serviço; e um bloco de seis apartamentos com sala, um ou dois quartos, cozinha, sanitário e área de serviço (naqueles situados no térreo) (Figura 7). No primeiro caso, os apartamentos térreos são beneficiados por um pequeno quintal, compensado no pavimento superior pelo acréscimo de uma estreita sacada junto ao quarto. No segundo exemplo, a disposição do térreo segue a de moradias unifamiliares em blocos, inclusive pela disposição dos espaços de serviços em um bloco justaposto ao corpo principal da moradia, pela sala abrindo para o quintal e pelo quintal unifamiliar, com área de serviço e sanitário em sua extremidade. Todos os apartamentos têm

entrada independente a partir do jardim e os térreos contam com área de serviço separada do corpo da construção, disposta no fundo do lote. Os dois prédios têm a aparência externa de casas unifamiliares: um sugere tratar-se de dois sobrados geminados e o outro, de uma ampla moradia.

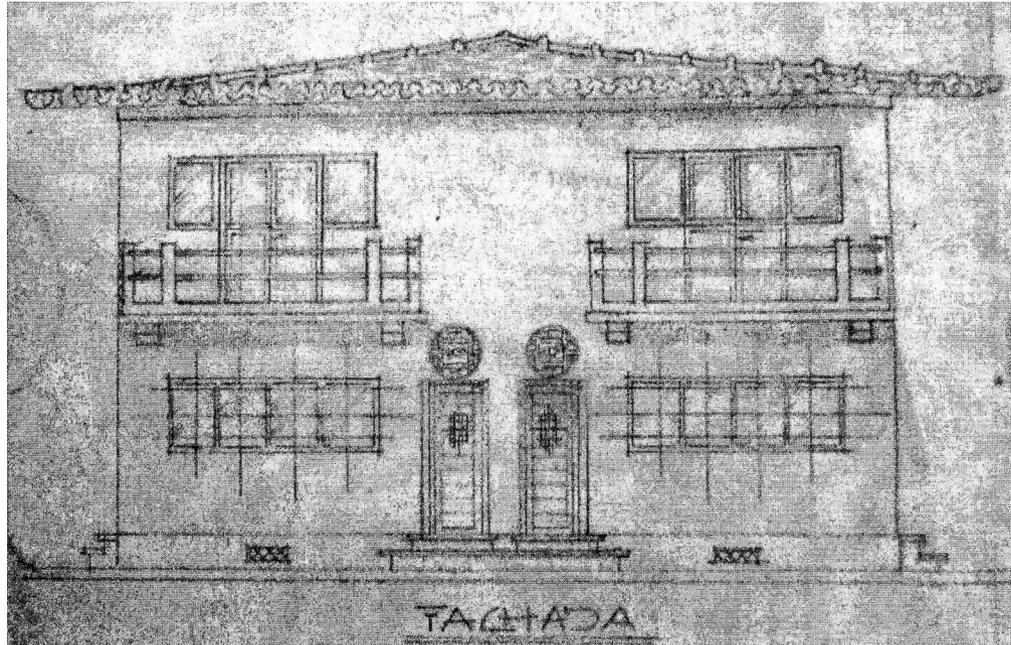


Figura 7 – Bloco de quatro apartamentos construído pela Companhia Nitro Química. Planta, sem autoria e sem data. Fonte: Divisão de arquivo municipal e processos. MDGDP-2. Secretaria de Desenvolvimento Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em outros exemplos, pela escala, forma e organização espacial, a tipologia do prédio de apartamentos revela-se com nitidez. É o caso de prédios erguidos pela Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda; pela Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga “Jafet”, em São Paulo; pela Fábrica Nacional de Motores, em Xerém (estado do Rio de Janeiro); e pela Fábrica da Torre, no Recife.

Em Volta Redonda, a partir da década de 1940, a Companhia Siderúrgica Nacional construiu vários prédios de apartamentos em bairros como Conforto, Bela Vista e Aterrado. São longos blocos com três ou quatro pavimentos, dispostos, na maioria das vezes, de forma paralela e separados por vias internas e áreas verdes desprovidas de muros (Figura 8).

Em 1949, a Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga “Jafet” ampliou sua vila operária em São Paulo, com a construção de nove prédios de quatro pavimentos (Figura 9). A “exiguidade e o elevado valor dos terrenos existentes” junto à fábrica foram a justificativa para tal opção, fornecida à época por sua

direção. Os prédios são blocos de arquitetura moderna de quatro pavimentos, dispostos de forma paralela. Os apartamentos dispõem de terraço, dois cômodos, cozinha, banheiro e área de serviço. Junto aos prédios criou-se um parque infantil e uma discoteca, a qual também significou uma inovação em programas de conjuntos de tal natureza.<sup>73</sup>



Figura 8 – Prédios de apartamentos em Volta Redonda, Rio de Janeiro. Fotografia de Philip Gunn, 2001



Figura 9 – Prédios de apartamentos da Fábrica Ypiranga "Jafet", em São Paulo. Fotografia de Telma de Barros Correia, 2005.

Na década de 1950, a Fábrica Nacional de Motores ergueu um conjunto de moradias distribuídas em duas vilas operárias – a Vila José Maria e a Vila Nossa Senhora das Graças – que, além de casas, incluía duzentos apartamentos, em blocos de quatro pavimentos, dotados de *pilotis* (Figura 10).



Figura 10 – Prédios de apartamentos da Fábrica Nacional de Motores, Xerém, Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Fotografia de Philip Gunn, 1998.

Nessa mesma década, no Recife, a fábrica têxtil da Torre ampliou sua vila operária, edificando prédios de três pavimentos. Um exemplo mais recente são os pequenos prédios de apartamentos erguidos pela Cicade, em Bagé, Rio Grande do Sul.

Tais prédios estiveram associados, sobretudo, a indústrias instaladas em áreas urbanas valorizadas – caso da Jafet em São Paulo e da Torre no Recife – ou a empreendimentos estatais, cujo caráter modernizador buscou correspondência em formas urbanas inovadoras – caso da Companhia Siderúrgica Nacional e da Fábrica Nacional de Motores.

Nesses últimos dois casos, as referências internacionais são evidentes. A forma e a disposição dos blocos de apartamentos erguidos pela CSN e pela FNM remetem a alguns *siedlungen* projetados na Alemanha, nas décadas de 1920 e 1930. Como lá, a linguagem arquitetônica dos conjuntos brasileiros é francamente modernista: blocos sóbrios dispostos na forma de lâminas paralelas, intercalados por vegetação, incluindo eventualmente janelas corridas, *pilotis* e painéis de cobogó.

Nos exemplos da Nitro Química e da São José, entretanto, as soluções arquitetônicas foram menos arrojadas. A escala, a disposição, o programa e

a forma indicam uma transição entre blocos de casas e prédios de apartamentos, evidentes na eventual existência de quintais e entradas independentes para cada apartamento e/ou na aparência externa, sugerindo uma casa ampla ou sobrados geminados.

## OS LIMITES DA MORADIA COLETIVA PARA FAMÍLIAS NA AÇÃO DOS EMPREGADORES

As habitações coletivas criadas por fábricas e minas para abrigar seus empregados e dirigentes ocorreram, sobretudo, em empresas de grande porte instaladas no campo ou em cidades pequenas.

Embora a moradia coletiva tenha se disseminado amplamente na era industrial, sua adoção por fábricas e empresas de mineração no Brasil restringiu-se, salvo exceções, ao alojamento de empregados solteiros. Entre fábricas e mineradoras nacionais, dormitórios, alojamentos, hotéis e casa de hóspedes se impuseram como uma solução econômica e usual de abrigo de empregados solteiros e visitantes. Ocorreram em números muito significativos, especialmente em grandes empresas implantadas fora de cidades, as quais, usualmente, criaram vários alojamentos, destinados a diferentes categorias de trabalhadores. Diversos modelos e padrões de moradia coletiva destinada a solteiros foram criados, conforme a posição do ocupante na hierarquia da empresa, incluindo desde pensões e dormitórios precários, até casas de hóspedes e hotéis amplos e confortáveis.

Ao contrário dos prédios de apartamentos, não há indicações que sugiram que as moradias coletivas para solteiros – dormitórios, alojamentos e hotéis – tenham sido alvo de fortes resistências. Na pesquisa acerca das instaladas por empregadores, localizamos críticas às pensões mantidas pela mina de Morro Velho. Essas críticas, entretanto, não são restritas às moradias, mas surgem inseridas em denúncias diversas sobre diferentes aspectos das condições de trabalho na empresa.

Para os solteiros, as empresas organizaram alojamentos, dormitórios e hotéis. A habitação criada adequava-se em termos de programa, conforto e serviços oferecidos, à situação funcional e social do abrigado. Hotéis e casas de hóspedes confortáveis e atraentes destinavam-se aos mais prestigiados, substituindo a prática da hospitalidade na casa do industrial, ainda adotada por Delmiro Gouveia em Pedra, na década de 1910. Dormitórios coletivos ou fileiras de quartos servidos por banheiros comuns eram reservados aos operários.

Aos casados a opção, claramente preferencial, das empresas foi a casa unifamiliar, que podia estar disposta em meio a jardins, ser geminada ou implantada em blocos. Para esse segmento da força de trabalho, com exceção de um único caso no século XIX de *familienhaus*, a solução da moradia coletiva – aplicada de forma muito restrita – foi o prédio de apartamentos. Foi possível registrar alguns casos raros de prédios de apartamentos criados por indústrias e nenhuma ocorrência por empresas de mineração.

Esse desdém pela solução de moradia coletiva para as famílias pode ser buscado em um conjunto de explicações.

Há aquelas, sempre centrais em empreendimentos capitalistas, de ordem econômica: a implantação no campo ou em áreas periféricas, onde a terra é relativamente barata, poderia favorecer as soluções construtivas mais baratas, que implicam menor concentração espacial.

Outra ordem de explicação pode ser buscada no propósito de dispersão, almejada por um trabalhador submetido a trabalho coletivo em ambiente fechado e por um empregador temeroso de consequências sociais e políticas da concentração de mão de obra – imposta pelo sistema produtivo – além dos limites do espaço e do tempo do trabalho.

Finalmente, é possível pensar em uma explicação de ordem simbólica, tanto na relação das moradias operárias com as instalações de produção, quanto em sua relação com os prédios de apartamentos destinados às classes mais abonadas. Sob o último aspecto, os mesmos valores simbólicos responsáveis pelo sucesso dos prédios de apartamentos como residência para as elites – símbolo de modernidade, distinção, luxo e ascensão social, acrescido da vista privilegiada do entorno e do antigo prestígio da construção alta – comprometem sua adoção pelos patrões como moradia para trabalhadores. Por outro lado, as instalações industriais – com suas altas chaminés e galpões de escala grandiosa e forma peculiar – consistiram em um símbolo poderoso de força, inovação e energia, que prescindem – ou, mesmo, podiam não almejar a eventual concorrência – de outros prédios de grande visibilidade, sobretudo se destinados ao trabalho, como seriam aqueles voltados a habitações coletivas.

No caso da rejeição aos prédios de apartamentos, os depoimentos registrados neste artigo sugerem que uma inflexão importante na tendência das posições ocorreu ao longo da década de 1930. No Primeiro Congresso de Habitação, ocorrido em 1931, todas as falas registradas eram contrárias à tipologia. Dez anos depois, a Jornada da Habitação Econômica reuniu opositores contundentes e defensores dessa forma de moradia, havendo entre os últimos alguns que a julgavam aceitável apenas em situações específicas e outros que a defendiam sem restrições.

No início dos anos 1940, entre os defensores da possibilidade de uso de prédios de apartamentos para abrigar famílias de operários, identificamos homens ligados à administração pública, como Plínio de Castanhede e Rubens Porto, e a empresas privadas, como Heribaldo Siciliano. Entre esses, havia posições claramente identificadas com interesses particulares – como o do engenheiro especialista em estruturas de concreto armado Siciliano –, associadas a concepções de vida social – como a da assistente social Vicentina Ribeiro da Luz – e comprometidas com concepções de moradia e cidade – como as do arquiteto Atílio Corrêa Lima e de seu cliente, o engenheiro e brigadeiro Guedes Muniz. Pelo menos no último caso é possível identificar algum alcance do discurso sobre as realizações: mesmo após a morte do arquiteto, a FNM realizou – parcialmente – seus desígnios, construindo prédios de apartamentos – assim como casas unifamiliares – para abrigar seus operários.

Em meio a essa diversidade de categorias profissionais envolvidas no debate, os engenheiros emergem como personagens centrais, não apenas pela contribuição nas discussões, mas também pela promoção de eventos nos quais o tema do prédio de apartamentos foi amplamente abordado. O papel central dos engenheiros na industrialização e na discussão em torno do taylorismo orienta, em grande parte, a aproximação da categoria do tema do apartamento a partir de questões como economia, eficiência e racionalização.

Apesar de ocorrerem em números limitados, os prédios de apartamentos criados por fábricas e empresas de mineração no Brasil para abrigar seus empregados assumiram uma diversidade arquitetônica considerável e suficiente para a apreensão de aspectos da trajetória da tipologia até a fixação de um modelo consolidado. Alguns desses prédios revelam claramente um momento de uma transição entre a casa unifamiliar e o edifício de apartamentos. Apesar de serem moradias coletivas, preservam características de casas unifamiliares no aspecto exterior, na organização funcional (entrada independente para cada unidade de moradia privativa ou área de serviço disposta no fundo do lote e separada do corpo da construção) ou no programa (quintal ou jardim independente para cada unidade de moradia privativa).

A manutenção dessas características revela que as tensões que acompanharam o início da implantação de prédios de apartamentos no país não se limitaram às críticas expostas em eventos e em revistas especializadas por profissionais de diferentes especialidades ou à lenta difusão inicial da tipologia, mas se rebateram no plano dos projetos. Uma evidência nesse sentido é a ocorrência de prédios de apartamentos empenhados em preservar, não apenas espaços da casa unifamiliar e uma certa autonomia em relação aos vizinhos, mas

uma aparência exterior que oculta sua condição de moradia coletiva. No plano material, funcional e simbólico, hesitam na adesão à moradia coletiva.

Em outros exemplos tratados, a escala, a forma e a organização espacial e funcional das construções desvendam com clareza a tipologia do prédio de apartamentos, com sua aparência externa inequívoca e suas áreas coletivas internas e externas nitidamente demarcadas. Esses últimos prédios configuram os grandes conjuntos da CSN, da Jafet e da FNM, dando testemunho de um modo de morar que alcança legitimidade e se impõe na paisagem urbana.

Ainda assim, no caso das moradias provisionadas por empresas para seus empregados, os prédios de apartamentos permaneceram restritos. Tímidos e camuflados ou ativos e resolutos, foram sempre raros e excepcionais.

## REFERÊNCIAS

### FONTES IMPRESSAS

A SIDERURGIA em Minas Gerais. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro: [s.n.], ano V, n. 57, p. 51-52, out. 1940.

BURTON, Richard Francis. *Viagens aos planaltos do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL; Fundação Pró-Memória, 1983. (Coleção Brasileira, tomo I, v. 197). [1867]

CASTANHEDE, Plínio de. O problema da habitação sob o aspecto econômico-financeiro. *Revista de Organização Científica*, São Paulo, ano XI, n. 126, p. 133-135, jun. 1942.

D'ALBUQUERQUE, Tenório. *Escândalo no Morro Velho*. Rio de Janeiro: Gráfica Labor, 1940.

DUARTE, José Candido Pimentel. *Edifício de apartamentos*: estudo e comentários sobre a propriedade do apartamento. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio, 1935.

FABRICA de Tijolos – Santa Cruz. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro: Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, n 5, p. 115-116, mai.1879.

FERREIRA, Francisco de Paula. A habitação e a moral. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano VII, v. LXXXI, p. 169-176, mar.-abr. 1942.

GODOY, Armando Augusto de. *A URBS e os seus problemas*. Rio de Janeiro: Ed. Jornal do Commercio, 1943.

LIMA, Atílio Corrêa. Plano da Cidade Operária da F. N. M. *Arquitetura*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 3-9, ago. 1963.

LUZ, Vicentina Ribeiro. Habitação ideal ao trabalhador manual: como resolver o problema dos porões e cortiços dos bairros do Braz e da Moóca. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano VII, p. 137-143, mar.-abr. 1943.

MAGRO, Bruno Simões. As tendências da arquitetura contemporânea. *Boletim do Instituto de Engenharia*, São Paulo, n. 50, p. 6-9, jul. 1929.

\_\_\_\_\_. Habitações econômicas. In: CONGRESSO DE HABITAÇÃO, I, 1931, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 1931, p.55-80.

MENDONÇA, Marcello Taylor Carneiro de. Casas populares – cidades jardins. In: CONGRESSO DE HABITAÇÃO, I, 1931, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 1931, p. 139-147.

O FRIGORIFICO Swift no Rio Grande. *A Federação*, Porto Alegre, ano XXXV, n. 237, p. 5, 8 ago. 1918.

OBRAS sociais da Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga “Jafet” S.A. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro: [s.n.], ano XVI, n. 164, p. 111-113, set. 1949.

OLIVEIRA, Francisco Batista de. Residência mínima: o problema da arquitetura contemporânea. *Revista de Organização Científica*, São Paulo, ano XII, n. 135, p. 61-62, mar. 1943.

PORTO, Rubens. *O problema das casas operárias e os Institutos e Caixas de Pensões*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1937.

PROBLEMAS da construção civil. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro: [s.n.], ano VIII, n. 96, p. 49-52, jan. 1944.

SICILIANO, Heribaldo. Habitação econômica no sentido vertical. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano VII, v. LXXXI, p. 97-100, mar.-abr. 1942.

SILVA, Américo Pereira da. Typo Racional de Habitação. In: CONGRESSO DE HABITAÇÃO, I, 1931, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 1931, p. 149-164.

VIANNA, Jacy Coutinho. O ideal da habitação coletiva. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, ano VII, v. LXXXI, p. 133-142, mar.-abr. 1942.

#### LIVROS, ARTIGOS E TESES

BONATES, Mariana Fialho. *Militares no Home Front: concepção projetual das vilas militares brasileiras entre 1946-1971*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

CORREIA, Telma de Barros. *A construção do habitat moderno no Brasil, 1870-1950*. São Carlos: Rima. 2004.

\_\_\_\_\_. O modernismo e o núcleo fabril: o plano da cidade operária da F.N.M. de Attílio Corrêa Lima. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, III, 1999, São Paulo. *Anais...* São Paulo: DOCOMOMO Brasil, 1999.

\_\_\_\_\_. *Pedra*: plano e cotidiano operário no sertão. Campinas: Papirus, 1998.

EAKIN, Marshall Craig. *Nova Lima: Life, Labor and Technology in an Anglo-Brazilian Mining Community (1882-1934)*. Tese (Doutorado) – University of California, Los Angeles, 1981.

FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Fapesp; Edusp, 2005.

GROPIUS, Walter. ¿Construcción baja, media o alta?. In: AYMÓNINO, Carlo (Org.). *La vivienda racional*: Ponencias de los congresos CIAM 1929-1930. Barcelona: Gustavo Gili, 1973a, p. 211-232.

\_\_\_\_\_. Los fundamentos sociológicos de la vivienda mínima (para la población obrera de la ciudad). In: AYMÓNINO, Carlo (Org.). *La vivienda racional*: Ponencias de los congresos CIAM 1929-1930. Barcelona: Gustavo Gili, 1973b, p. 114-125.

HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: FURB, 1987.

KELLER, Paulo Fernandes. *Fábrica & vila operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi/RJ*. Rio de Janeiro: Sólón, 1997.

LE CORBUSIER [Charles-Edouard Jeanneret-Gris]. Análisis de los elementos fundamentales en el problema de la vivienda mínima. In: AYMÓNINO, Carlo (Org.). *La vivienda racional*: Ponencias de los congresos CIAM 1929-1930. Barcelona: Gustavo Gili, 1973a, p. 126-138.

\_\_\_\_\_. La parcelación del suelo em las ciudades. In: AYMÓNINO, Carlo (Org.). *La vivienda racional*: Ponencias de los congresos CIAM 1929-1930. Barcelona: Gustavo Gili, 1973b, p. 233-243.

LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

NEUTRA, Richard. ¿Construcción alta, media y baja?. In: AYMÓNINO, Carlo (Org.). *La vivienda racional*: Ponencias de los congresos CIAM 1929-1930. Barcelona: Gustavo Gili, 1973, p. 244-250.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária: o caso da FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

TEIXEIRA, Palmira. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VARON, Conceição de Maria Ferraz de. *E a história se repete... As vilas operárias e os conjuntos residenciais dos IAPs no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

VICHNEWSKI, Henrique Telles. *As Indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio Industrial (1920-1960)*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

Artigo apresentado em 09/08/2016. Aprovado em 26/04/2017.

All the contents of this journal, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution License

